



LUCIANA MÜLLER
lmuller@jundiá.com.br

Em alta

Jundiá assinou parceria ontem com o Estado, juntamente com outras 12 cidades, para integrar projeto que disponibiliza recursos voltados à redução do número de óbitos no trânsito. O prefeito Luiz Fernando Machado (PSDB) participou de evento ao lado do governador Geraldo Alckmin, do mesmo partido. Luiz foi escolhido e falou em nome de todos os municípios participantes.

Às claras

Professor Oswaldo Fernandes, que já foi secretário de Educação e superintendente da TVE em gestões anteriores da Prefeitura de Jundiá, fez questão de ressaltar, em seu discurso para os servidores da pasta, no Polytheama, na tarde de ontem, que não está desatualizado. "Eu estou conectado e antenado com todas as tecnologias. Não sou 'Jurassic Park' e não haverá perseguição." Do passado, segundo ele, só há motivos para ter honra.

Peidos

O vereador Faouaz Taha (PSDB) foi um dos primeiros vereadores a usarem o grande expediente, na sessão da Câmara de Jundiá, na noite de anteontem, para anunciar que solicitou o estudo da criação de uma lei de incentivo ao esporte - compromisso assumido durante a campanha. Segundo ele, neste momento, a indicação é o caminho mais adequado, já que a situação econômica é difícil e essa proposta envolve renúncia fiscal.

Sanções a partidos

A mais nova polêmica criada na Câmara dos Deputados, em Brasília, é em relação a votação do projeto de lei que reduz as sanções aos partidos que não tiverem as contas aprovadas. O deputado jundiáense Miguel Haddad (PSDB) afirma que irá votar contra a aprovação. "O que foi votado nesta semana é o pedido de urgência. Tenho ouvido muitas opiniões contrárias e as levarei à bancada, defendendo essa posição", explica.

Samba no pé

O ex-prefeito Pedro Bigardi (PSD) e a sua esposa, Margarete, aproveitaram o final de semana para curtir o esquentado do bloco afro Kekeê, no Villa Pizza Bar. Bigardi mostrou que ainda tem samba no pé e esquentou os tamborins para o tradicional bloco Refogado do Sandi, que sai no dia 24.

De olho no DF

Após retomar de Brasília, depois de uma reunião com o ministro da Saúde, Ricardo Barros, o vereador Wagner Ligabó (PPS) se mostrou otimista sobre a possibilidade de Jundiá conseguir R\$ 37 mi/ano para os hospitais São Vicente de Paulo e Universitário. Ele está animado e já almeja novos ares.

Fígado, rins e córneas

As córneas, os rins e o fígado da ex-primeira-dama Marisa Leticia Lula da Silva foram doados a pacientes paulistas, segundo a Secretaria de Saúde de São Paulo. Os nomes dos receptores não foram divulgados. Intermada desde o dia 24 de janeiro, Marisa Leticia morreu aos 66 anos após ter complicações decorrentes de um AVC (Acidente Vascular Cerebral).

► NO POLYTHEAMA

Futuro gestor da pasta, secretário de Educação se reuniu com servidores, ontem, para anunciar plano anual

Oswaldo quer reduzir fila da creche para mil crianças até dezembro

LUCIANA MÜLLER
lmuller@jundiá.com.br

Em quatro etapas, - para atender todos os servidores da pasta - o secretário de Educação de Jundiá, futuro gestor da pasta, Oswaldo José Fernandes, apresentou as metas e modificações na área para este ano, incluindo a redução da fila de espera para vagas em creches de 2,7 mil para apenas 1 mil. Outras medidas, como a revogação de decretos - que devem ocorrer nos próximos meses, para estabelecer a promoção por mérito - e a diminuição do número de alunos por sala de aula, foram apresentadas, no Teatro Polytheama, para cerca de 4 mil servidores da pasta.

O secretário, que ficou distante da administração municipal por 12 anos, fez questão de ressaltar sua atualização. A última reunião do dia ocorreu às 16h para professores do Votoruporanga.

"Todos os servidores devem conhecer as metas do ano, a proposta pedagógica e as mudanças que serão realizadas. Vamos revogar alguns decretos de nomeações para estabelecer critérios. Será uma lei. E as no-



ENCONTRO Foram realizadas quatro reuniões, no Teatro Polytheama, durante o dia de ontem, para servidores de toda a cidade

meações para vice-diretor e diretor-assistente acontecerão por mérito, não por questões políticas. Será por mérito", afirma, lembrando que não haverá "perseguições" em sua gestão.

Entre as medidas anunciadas pelo futuro gestor também está a redução dos alunos por sala de aula. Até o ano passado, segundo Oswaldo, cada sala de aula municipal contava com 25 alunos. Agora, passará a ter 15. Ele

afirma que não haverá aumento no custo nem necessidade de contratação de mais professores, já que o quadro existente é rotativo supra a demanda. "Temos escolas com salas de aulas vazias. Temos que otimizar o que aparato disponível", comenta.

Outra meta é a redução da fila de espera para a creche, que hoje é de 2,7 mil crianças, para 1 mil até o final do ano. A alfabetização a partir do final do segun-

do ano também será implementada. "Vamos produzir todo o material pedagógico. O material comprado apenas onera os cofres. Os alunos precisam escrever para aprender a ler e a escrever", sentença.

Uniformes

Oswaldo afirma que os uniformes serão entregues no início de março para todos os estudantes da rede municipal. O custo para a



NOVIDADES Oswaldo Fernandes anunciou medidas para melhorar área da Educação

Prefeitura de Jundiá foi de R\$ 5 milhões. "Foi necessário fazer remanejamentos orçamentários para bancar. Não sei de onde o dinheiro foi retirado temporariamente, mas essa verba terá de ser reposta. Não cortamos nada, apenas remanejamos o orçamento", conta.

A compra do material escolar foi publicada na Imprensa Oficial de ontem, que informa a contratação da Comesc Ind. e Comércio (uniformes) no valor de R\$ 4.395,608,70 e a Ind. E Comércio Maxima Ltda (tênis), no valor de R\$ 1.117,600,00.

► APÓS AUDIÊNCIA

Cunha recusa exame para diagnosticar aneurisma

Depois de revelar, em audiência ao juiz Sergio Moro, que tem um aneurisma cerebral e reclamar da falta de assistência médica na prisão, o ex-deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) se negou a fazer um exame para diagnosticar o problema, na manhã desta quarta (8). A informação é do Depen (Departamento Penitenciário do Paraná), responsável pela custódia de Cunha - preso preventivamente há quase quatro meses. "Ele se negou terminantemente a fazer esse exame, na presença dos médicos", declarou o delegado Luiz Alberto Cartaxo, do Depen.

O fato, inclusive, foi informado ao conselho disciplinar e gerou uma "infração leve" por desobediência à Lei de Execuções

Penais, segundo Cartaxo, que será inscrita na ficha carcerária de Cunha. Segundo Cartaxo, esta é a segunda vez que Cunha deixa de prestar informações sobre o "alegado aneurisma".

O ex-deputado teria falado pela primeira vez sobre o problema no dia 21 de dezembro, ao corpo clínico do Complexo Médico Penal, onde está detido. Naquele momento, segundo o diretor, foram solicitados à família e aos advogados de Cunha exames que comprovassem o relato. Nenhum documento, porém, foi encaminhado. "Por duas vezes, já se tentou comprovar a existência desse aneurisma, e por duas vezes isso não foi possível."

A defesa do ex-deputado informou que não teve conheci-

mento do episódio desta quarta (8) e que a documentação sobre o aneurisma não foi solicitada pelo Depen. O escritório de Marlus Arns de Oliveira deve enviar à Justiça os exames que comprovam o problema, pedidos ainda na terça à família de Cunha.

Adiamento

O STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu ontem adiar o julgamento do recurso do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva para anular provas obtidas na Operação Lava Jato e de um pedido de liberdade para o ex-deputado federal Eduardo Cunha. A nova data para o julgamento não foi definida.

O adiamento foi anunciado durante a sessão do plenário

pelo vice-presidente da Corte, Dias Toffoli, em função do prolongamento de um julgamento sobre a responsabilidade dos órgãos públicos no pagamento de verbas trabalhistas de empresas terceirizadas. Outro motivo para o adiamento é a ausência da presidente, Cármen Lúcia, que viajou para Belo Horizonte para tratar de assuntos pessoais.

A defesa de Lula questiona a decisão do ministro Teori Zavascki, que devolveu ao juiz federal Sergio Moro, da 13ª Vara Federal em Curitiba, as investigações contra o ex-presidente na Lava Jato, após aceitar parcialmente recurso dos advogados. Teori era o relator da Lava Jato, mas depois de sua morte foi substituído por Edson Fa-

chin. Os advogados pediram a anulação de toda a investigação contra o ex-presidente. Teori anulou somente a conversa grampeada entre Dilma Rousseff e Lula. A interceptação telefônica veio à tona após Moro retirar o sigilo das investigações.

De acordo com a defesa de Lula, a liminar não poderia ter sido julgada individualmente pelo ministro. Além disso, os advogados pedem que a Corte envie à PGR (Procuradoria-Geral da República) cópia da decisão de Teori para que Moro seja investigado por ter violado sigilo das conversas da Presidência da República. A defesa de Cunha alega que o juiz federal Sergio Moro, responsável pela prisão, descumpriu uma decisão da Corte. (Folhapress)

Juiz suspende nomeação de Franco para ministério

O juiz da 14ª Vara Federal do Distrito Federal, Eduardo Rocha Penteado, determinou ontem a suspensão dos efeitos da portaria do presidente Michel Temer que nomeou, na semana passada, o peemedebista Moreira Franco na Secretaria Geral da Presidência. Com a nomeação, Franco ganhou foro privilegiado no STF (Supremo Tribunal Federal) poucos dias após a homologação da delação premiada, que o citou, de executivos da construtora Odebrecht. Em sua decisão, o juiz comparou o caso ao da nomeação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva no ano passado, que acabou impedida por liminar do ministro do STF Gilmar Mendes. Para o juiz Penteado, tratou-se de um possível caso de "desvio de finalidade" o ato de "presidente da República que nomeia ministro de

Estado com o propósito de conferir a este foro por prerrogativa de função". "Tratava-se, no caso, da nomeação de Luiz Inácio Lula da Silva para o cargo de Chefe da Casa Civil, à época realizado pela ex-presidente Dilma Rousseff. Além da tese de fundo (desvio de finalidade), é importante destacar que o referido precedente simboliza o reconhecimento pelo STF de que o afastamento de ministro de Estado nomeado diante de tais circunstâncias não representa, sob as lentes da separação dos poderes, interferência indevida do Judiciário sobre o Executivo", escreveu o magistrado. O juiz acolheu um pedido feito por três cidadãos que abriram uma ação popular para questionar a nomeação poucos dias "após a homologação da delação premiada da construtora Odebrecht no âmbito da Operação Lava Jato". (Folhapress)

TRE do Rio decide pela cassação do mandato de Pezão e seu vice

Por 3 votos a 2, o Tribunal Regional Eleitoral do Rio (TRE-RJ) decidiu ontem pela cassação do mandato da chapa do governador do estado, Luiz Fernando Pezão (PMDB), e do vice, Francisco Domelles (PP), por abuso de poder econômico e político. Os dois ficam inelegíveis por oito anos. Pezão e Domelles informaram que vão recorrer ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) assim que for publicada a decisão - eles têm três dias para entrar com o recurso. Segundo as assessorias de imprensa do TRE e do governo do estado, até que o recurso seja julgado em Brasília governador e vice podem permanecer no cargo. O TRE determinou a realização de eleições diretas para a escolha dos representantes do Poder Executivo

estadual. A decisão, no entanto, só produz efeito após o "trânsito em julgado", ou seja, quando não couber mais recurso. "Teve um efeito suspensivo, o TRE manteve ele no cargo (...). Vai recorrer e a gente espera que ele tenha sucesso para o bem do Rio de Janeiro", declarou o presidente da Assembleia Legislativa (Alej) e aliado de Pezão, Jorge Picciani, em entrevista ao RJTV. Picciani negou um possível adiamento da sessão previstas na Alej para esta quinta-feira (8). Na pauta, entre outros temas, está a privatização da Cedae. O pedido inicial da ação foi protocolado pelo PSOL. "A indicação do TRE é a eleição direta, mas pode ser que a eleição seja indireta, pois já está no

segundo ano do governo e a Assembleia Legislativa é que votaria. O ideal e mais democrático é que seja uma nova eleição direta. Isso que a população deseja", explicou o deputado Marcelo Freixo. A ação trata da produção irregular de material irregular de campanha sem prestação de contas. Segundo a Procuradoria Regional Eleitoral (PRE-RJ), foram omitidos gastos de mais de R\$ 10 milhões na campanha de Pezão ao governo, em 2014. Segundo a decisão do TRE, houve abuso de poder econômico e político na concessão de benefícios financeiros a empresas como contrapartida a posteriores doações para a campanha do então candidato Pezão e de seu vice. (Das Agências)